



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 08

Aos dezassete dias do mês de março de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Presidente informou que a Sr.ª Vereadora Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho lhe comunicou que não estaria presente, em virtude de o seu filho se encontrar doente.

Assim, nos termos do artigo 39.º, alínea c), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal considerou justificada a falta da Sr.ª Vereadora.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 7, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 3 DE MARÇO DE 2016
3. REQ. N. 303/16, DATADO DE 02/03/2016 – PC N.º 439/15, DATADO DE 25/11/2015 – ANA LUÍSA CORREIA DE OLIVEIRA SISMEIRO
4. REQ. N. 234/16, DATADO DE 22/02/2016 – PC N.º 87/15, DATADO DE 26/03/2015 – ARMANDO FERREIRA MACHADO

5. REQ. N. 152/16, DATADO DE 02/02/2016 – PC N.º 385/14, DATADO DE 31/10/2014 – SARA LUÍSA DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA
6. REQ. N. 324/16, DATADO DE 07/03/2016 – PC N.º 252/15, DATADO DE 28/07/2015 – TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A.
7. REQ. N. 74/16 DATADO DE 18/01/2016 – PC N.º 151/12 , DATADO DE 30/05/2012 – EMMAD-EMBALAGENS DE MADEIRA, LDA.
8. REQ. N. 304/16 DATADO DE 02/03/2016 – PC N.º 68/16, DATADO DE 02/03/2016 – ALFREDO LUÍS FERNANDES DOS SANTOS
9. REQ. N. 299/16 DATADO DE 01/03/2016 – PC N.º 337/13, DATADO DE 12/09/2013 – MÁRIO SIMÃO RODRIGUES
10. REQ. N. 378/16 DATADO DE 11/03/2016 – PC N.º 85/16, DATADO DE 11/03/2016 – ALBANO DINIS BAROSEIRO
11. E/2845/2015 – FUGA DE FUMOS DENTRO DE HABITAÇÃO – RESULTADO DA VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SALUBRIDADE.
12. E/1739/2015 –VISTORIA À HABITAÇÃO SITA NA AVENIDA VITOR GALLO, N.º 90, 6.º DIREITO – MARINHA GRANDE – NOTIFICAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS
13. REQ. N. 639/15, DATADO DE 08/05/2015 – PC N.º 165/2015, DATADO DE 08/05/2015 – ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL
14. REQ. N. 1823/15, DATADO DE 04/12/2015 – PC N.º 1340/00, DATADO DE 12/12/2000 – NANIC – GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA.
15. REQ. N. 1055/15, DATADO DE 31/07/2015 – PC N.º 277/2015, DATADO DE 31/07/2015 – MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
16. REQ. N. 1737/15, DATADO DE 20/11/2015 – PC N.º 435/15, DATADO DE 20/11/2015 – TELHEIROS DO OESTE, PROPRIEDADES, PROMOÇÃO, LDA
17. PUBLICITAÇÃO DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO – REVISÃO DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS.
18. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

19. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 128º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS E NOS TERMOS DO PRECEITUADO NO N.º 5, DO ARTIGO 75º, DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
20. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA VITÓRIA”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015
21. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES PARA REABILITAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO NERY CAPUCHO”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
22. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE *“ESPETÁCULO A REALIZAR NO DIA 3 DE JUNHO NO ÂMBITO DAS FESTAS DA CIDADE”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
23. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE *“ESPETÁCULO A REALIZAR NO DIA 4 DE JUNHO NO ÂMBITO DAS FESTAS DA CIDADE”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
24. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE *“ESPETÁCULO A REALIZAR NO DIA 5 DE JUNHO NO ÂMBITO DAS FESTAS DA CIDADE”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
25. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA A *“RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”* PARA O PERÍODO DE 54 MESES.
26. TRANSMISSÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO A FAVOR DE ANABELA DAS NEVES, RESIDENTE NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 5, 2º B, CASAL DE MALTA, POR MORTE DA PRIMITIVA ARRENDATÁRIA DA FRAÇÃO
27. CEDÊNCIA DA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS Á ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE A 16 DE ABRIL - REALIZAÇÃO DA 2.ª GALA DOS BOMBEIROS DA MARINHA GRANDE

**28. ACEGE – ASSOCIAÇÃO CRISTÃ EMPRESÁRIOS E GESTORES – COMPROMISSO
PAGAMENTO PONTUAL**

29. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se e foram atendidos os seguintes munícipes:

1 – D. Cesaltina Almeida Silva Filipe, residente na Urbanização Valeira, n.º 15, Vieira de Leiria, que se inscreveu para ser informada sobre o andamento da colocação de saneamento básico na urbanização onde reside.

A munícipe não esteve presente.

2 – Sr. Júlio Franco Rosa, residente na Rua General Humberto Delgado, n.º 20, Marinha Grande, que, no seguimento da sua intervenção na reunião pública do passado dia 3 de março, expôs os seguintes assuntos:

- PEM – disse que gostaria de ouvir a opinião do Sr. Vereador Logrado sobre o pagamento digital. Pensa que será bom no futuro, mas irá demorar algum tempo, pelo que talvez fosse melhor implementar o pagamento da água por Multibanco.
- Perguntou quais as verbas inscritas no Orçamento Municipal para 2016 para a rede de águas e esgotos e qual a percentagem de cobertura destas redes e aquela que não está coberta?
- Perguntou se a Câmara controla a água dos fontenários, e se não controla, porquê?
- Perguntou qual a verba prevista no Orçamento Municipal para o Mercado, e o que se passa com este processo?
- Pretende saber qual a situação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infração Conexas?

- Embora não concorde com a linha política da Câmara, quer que seja dado seguimento aos assuntos apresentados. O Sr. Vereador António Santos tem perguntado muitas vezes pelo Mercado, e é lamentável que a população não saiba nada sobre o que se passa: se é feito ou não, se há projectos ou não. A população quer saber o que está a ser feito.

3 – Sr. Adriano Luís Monteiro, residente na Rua das Flores, n.º 11, Famalicão, Nazaré, que expôs o seguinte assunto relacionado com o espólio de Afonso Lopes Vieira:

- Em 2003 elaborou um catálogo sobre a obra de Afonso Lopes Vieira, cuja exposição esteve patente na Casa Afonso Lopes Vieira. A Câmara pediu-lhe para que os livros ficassem expostos mais tempo. Concordou, só que agora pretende que lhe sejam devolvidos e não tem conseguido saber onde se encontram.
Hoje veio à reunião pedir que a Câmara lhe dê um relatório dos livros que tem na sua posse.
- Aproveitou ainda esta ocasião para oferecer, para a Biblioteca Municipal, o catálogo e as cartas de Afonso Lopes Vieira.

Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente respondeu o seguinte ao Sr. Júlio Rosa:

- Informou que estão em curso algumas obras que contemplam a remodelação da rede de águas e a rede de saneamento.
- O controlo da água dos fontenários das matas é da propriedade do Estado, mas em todas elas está uma placa (a menos que tenha sido vandalizada) a dizer que se trata de água não controlada.
- Sobre o Mercado informou que em tempo oportuno será feita a discussão pública das várias alternativas.
- Corrupção e Situações Conexas – a Câmara tem um Plano, que é obrigatório, e está a ser cumprido, e se houver situações relatadas ou do conhecimento da Câmara serão tratadas neste âmbito.
- Aqui não se pretende tratar da discussão política mas sim dos assuntos para o desenvolvimento do concelho.
- O pagamento da água por Multibanco já pode ser feito há muito tempo, desde que seja dentro dos prazos, e agora vai ser alargado para os postos de pagamento do PAGAQUI.

De seguida deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Logrado, para responder sobre o PEM, embora as interpelações sobre qualquer assunto devam ser feitas ao Presidente da Câmara.

- PEM – o Sr. Vereador Carlos Logrado agradeceu a questão colocada, que lhe permite comunicar com os munícipes. A CMMG tem esse problema de comunicação, é de toda a justiça fazer esta crítica, pois a Câmara em algumas situações ainda não conseguiu dar resposta. Noutros casos as críticas são por desconhecimento,

talvez por não haver boa comunicação. Já há comunicação no *site* da Câmara para enviar informações aos munícipes, mas as pessoas não têm utilizado muito este sistema. Este sistema está implementado, não está a ser suficientemente utilizado, a cidadania não está a corresponder ao trabalho da Câmara. Há um problema da Câmara mas também há uma grande falta da cidadania.

- Pagamento da água – o serviço do GAM não funciona bem, mas não é culpa das pessoas. São passos que foram dados no passado e que se reflectem agora. Há *softwares* mas não estão todos a ser utilizados, tem que haver automaticamente cruzamento de informação, senão há falhas, porque as pessoas não são infalíveis. E deu exemplos concretos.

Sempre que lhe chegam críticas vai ver e tentar perceber a origem do problema para depois se tentar arranjar solução.

Mas neste momento, mais importante do que o PEM, é o PMA – Programa de Modernização Administrativa, porque é aqui que se encontrará solução para esses problemas, designadamente para o pagamento da água. Dentro de dois meses espera que já haja soluções.

O pagamento de água por Multibanco já está a funcionar, por transferência bancária também, o paypal acabou. Hoje, todas as pessoas que não queiram ir ao GAM, têm outras alternativas para fazer o pagamento de água.

O **Sr. Presidente** agradeceu a resposta do Sr. Vereador e acrescentou a informação de que o GAM está a proceder à actualização de dados dos contratos de água.

De seguida deu a palavra à Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira, que respondeu o seguinte ao Sr. Adriano Monteiro:

- Agradeceu a disponibilidade do espólio do Sr. Adriano, que tem estado disponível a todos os munícipes. Só teve conhecimento desta situação quando o Sr. Adriano se inscreveu, e logo nessa altura articulou com os serviços para que lhe seja feita a entrega dos livros, o que poderá fazer desde já, no intervalo da reunião.
Terminou, referindo que quer fazer publicamente o agradecimento pela disponibilidade do espólio e também dos livros que ofereceu para a Biblioteca Municipal.

O **Sr. Adriano Monteiro** informou que tinha de se ausentar e por isso não poderia deslocar-se aos serviços, ficando o compromisso de um contacto futuro.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Relativamente à intervenção do Sr. Júlio Rosa, e em relação aquilo que disse sobre o Mercado, lembrou que ainda na última reunião tinha dito que o PEM era mais do que a água e o saneamento, e que era também o Mercado, e que o Orçamento Municipal de 2017 está a poucos meses.
- ⇒ PEM – veio detetar pontos fracos e pontos fortes da gestão da Câmara. Pretende saber quais são os pontos fracos e como se vão transformar em pontos fortes
- ⇒ Pretende também saber qual o ponto de situação do estuarino na Praia da Vieira, uma vez que está aí o verão.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Deu os parabéns ao SCM, que chegou aos oitavos de final da Taça de Hóquei em Patins, e que vai receber o SCP, numa deslocação que é também o regresso à Marinha Grande do Treinador Nuno Lopes.
- ⇒ Perguntou se chegou algum convite da coletividade de Casal Galego destinado aos Vereadores, uma vez que a si não chegou nada. Foi esclarecido que os convites foram enviados diretamente pela coletividade de Casal Galego.
- ⇒ Perguntou se já há resposta ao requerimento sobre o PEM que fez na última reunião.
O **Sr. Presidente** disse que não tem resposta mas que já vai responder.
O **Sr. Vereador** referiu que se fala da falta de comunicação e depois é assim, não há respostas.
- ⇒ Prosseguiu, perguntando à Sr.^a Vereadora se há algum seguro que cubra os danos causados nas escolas que são assaltadas.
- ⇒ Escola da Amieirinha – continuam a existir os engarrafamentos, nada aconteceu e os autocarros continuam a não conseguir deixar as crianças. Será que a Câmara não tem capacidade para resolver a situação?
- ⇒ Qual o ponto de situação das obras nas habitações sociais degradadas? Já foi feito o levantamento das necessidades? E agora, como está o assunto? Lembrou que eram cerca de 22 habitações e muito necessárias.
- ⇒ Qual o ponto de situação do Mercado Municipal? O assunto já foi aqui levantado, mas como também o trazia para abordar na sua intervenção, pretende saber como está em termos de projeto e de consulta pública.
- ⇒ Qual o ponto de situação das baixas médicas do Presidente eleito?

Recordou que foi decidido que era uma baixa médica de 1 mês, e perguntou, sem querer fazer qualquer juízo de valor, mas apenas porque quer saber, se este período foi prolongado.

O **Sr. Presidente** informou que houve primeiro uma baixa médica, e posteriormente um pedido de suspensão de mandato.

- ⇒ Qual o ponto de situação sobre as afirmações do Presidente da Concelhia do PSD? Como houve uma reação da Câmara, pretende saber o que se passa. O Jornal da Marinha Grande diz que o assunto vai para Tribunal. Afinal em que ponto está o assunto?

Estranha que o PSD tenha reagido desta forma, quando nos dois últimos mandatos tem sido o suporte da Câmara. Agora o líder do PSD “escorrega” e o PS cai-lhe logo em cima.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Sobre a intervenção dos dois munícipes referiu o seguinte:

“Os munícipes são bem-vindos. As questões levantadas pelo Sr. Júlio Rosa são pertinentes e a afirmação que ouvimos do Sr. Adriano Monteiro é preocupante, diz que anda para saber onde estão os livros e o espólio de Afonso Lopes Vieira que emprestou à câmara em 2003. É lamentável que os munícipes continuem sem respostas.

Sobre a questão da cidadania, preocupa-me que o problema seja sempre dos cidadãos. Não concordo que a cidadania dos munícipes esteja pior que a câmara. Será que é esta a opinião dos munícipes?

Se entendem assim, a câmara não deveria propor a substituição dos cidadãos?”

- ⇒ Felicitou Hugo Gaspar, por ter vencido a taça de Portugal em voleibol, capitaneando a equipa do SL Benfica. Recordou que o Hugo Gaspar à sua qualidade de voleibolista de alta competição junta a sua profissão de médico, comprovando que é compatível a prática do desporto de alta competição com os estudos. Relevou ainda que qualquer que fosse o vencedor na final, teríamos sempre um concidadão vitorioso, dado que na equipa adversária, do Fonte Bastardo, joga o marinhense João Simões.
- ⇒ Felicitou uma vez mais a patinagem de velocidade marinhense pelo desempenho nos campeonatos nacionais de indoor. O Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e a Associação in-line de Casal Galego, trouxeram diversos títulos para a nossa terra. Em cadetes femininos a Solange Castanheira foi vice-campeã. Em juniores femininos a Angélica Norte foi campeã e em juniores masculinos o Daniel Constantin foi vice-campeão. Em seniores a Beatrice Constantin também se sagrou vice campeã.
- Por equipas, Mariana Borges e Solange Castanheira, do in-line de Casal Galego, trouxeram para a Marinha Grande o título de Campeãs Nacionais em Cadetes.

A equipa sénior feminina do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente sagrou-se ainda campeã nacional Indoor 2016. Esta equipa é surpreendente por ser constituída por uma mãe, uma professora e duas alunas. Deve ser inédito em competições nacionais de todas as modalidades, mas muito revelador do envolvimento que existe na patinagem de velocidade na nossa cidade.

⇒ Felicitou os nadadores do Desportivo Náutico da Marinha Grande, Pedro Duarte, Ana Costa, Giovanna Vargas, Rui Pires, Viktor Kop, pelos excelentes resultados no campeonato nacional de juvenis. Todos obtiveram medalhas, realçando o Pedro Duarte que se sagrou campeão nacional dos 100 e 200 m bruços.

⇒ Na última reunião tinha alertado para o cruzamento da Rua Manuel Pereira Roldão, perto do “Papadoc” e “Dose e Meia”, que tinha os semáforos desligados. Sugeriu que se fizesse um estudo técnico para encontrar uma solução. Os semáforos foram substituídos, mas ficou tudo rigorosamente igual, ou seja, esperam-se resultados diferentes mas com os mesmos procedimentos. Obviamente que continuarão os acidentes e a razão principal é que os semáforos verticais lá colocados só são visíveis quando se está em cima do cruzamento. Vindo do lado da Segurança Social em direção a Casal Galego, existem arbustos que tapam os semáforos. Vindo do lado de Casal Galego, a parede do Manuel Pereira tapa os semáforos que estão colocados à direita após a estrada abrir para duas faixas.

A solução seria colocar semáforos aéreos, por cima da estrada, tal como está feito em muitas situações. Sugeriu que se proceda a esta alteração para evitar mais problemas.

⇒ Voltou a falar sobre o cruzamento da Rua Augusto Costa com a Rua do Lamarão, na Pedrulheira, uma vez que tem vindo a referir que sistematicamente há ali acidentes. Esta semana presenciou outro.

Em outubro passado o Sr. Presidente disse que iria apresentar uma “proposta para anular e/ou minimizar os perigos de circulação viária no referido cruzamento.”

Passaram cinco meses, pelo que gostaria que informasse o que foi feito ou qual a proposta para resolver este problema.

⇒ Sobre Turismo disse o seguinte:

“Realizou-se mais uma edição do maior evento de turismo no nosso país, a BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa. No pavilhão do Turismo do Centro, esteve reunida uma comitiva da CIMRL, representada pelos presidentes ou vice-presidentes das câmaras. A informação que tenho é que a Câmara da Marinha não esteve presente. Tendo em conta que o Turismo no nosso concelho é um fator relevante na economia local, a ausência deste executivo permanente é revelador da importância que dão ao assunto.

Quando é assumido que a CIMRL quer atingir 10% no sector do turismo, gostaria de saber como pensa este executivo permanente promover o seu território para conseguir tais resultados.”

⇒ Referiu que fez uma reunião na coletividade da Comeira, para ouvir as preocupações e sugestões dos munícipes. Deste encontro surgiram várias questões que gostaria de apresentar e ver esclarecidas, que constam do seguinte documento, que irá enviar ao Sr. Presidente:

1. *Beco da Escola*

Não é possível andar pelo passeio devido aos problemas causados pelas árvores que estão no passeio junto à escola (são três). As raízes deformaram o passeio e dificultam a passagem de peões.

Por outro lado as árvores não são podadas e a ramagem está a envolver todo o passeio. Há ainda o facto de frequentemente estacionarem veículos nos passeios.

Por tudo isto os peões têm de utilizar a estrada, correndo os riscos que isso implica para os peões.

SUGESTÕES:

- a) Podar as árvores*
- b) Resolver o problema das raízes das árvores*
- c) Reparação do passeio*
- d) Proibir o estacionamento em cima do passeio*
- e) Estudar a hipótese desta rua ser proibida ao trânsito*

2. *Rua da Covinha*

Falta de alcatrão na Rua da Covinha, bem como saneamento e gaz.

Vivem munícipes nesta rua com dificuldade de locomoção, que andam de cadeiras de rodas ou andarilhos, e como a rua tem falta de alcatrão ou está danificada, é frequente estes munícipes caírem.

O ecoponto no início da Rua da Covinha está permanentemente rodeado de lixo, no chão, fora dos contentores

SUGESTÕES:

- a) Fazer saneamento*
- b) Alertar a empresa de gaz se é possível colocar gaz naquela rua*
- c) Alcatroar devidamente*
- d) Regularizar o alcatrão, nem que seja temporariamente*
- e) Campanha de sensibilização da comunidade para as questões de recolha selectiva de resíduos, a boa utilização do ecoponto e recolha dos resíduos com maior frequência.*

3. *Rua das Fontainhas*

A Rua das Fontainhas tem muito trânsito de camiões, está permanentemente degradada e sem passeios.

Os camiões sistematicamente metem-se por ruas apertadas porque não há qualquer sinalização nem indicação por onde devem seguir, sobretudo a maioria que vai para o Santos Barosa

No entroncamento com a Rua do Corgo Sul, quando chove tem ali sempre problemas de inundações.

SUGESTÕES:

- a) Reparar a rua de modo a ficar com estrutura sólida para aguentar os camiões*
- b) Estudar a alteração de trânsito para evitar que tantos camiões passem nestas ruas*
- c) Colocar sinalização a indicar por onde devem ir os camiões até ao Santos Barosa*
- d) Resolver o problema da falta de escoamento de águas no entroncamento da Rua das Fontainhas com a Rua do Corgo Sul*

4. *Rua Nova da Comeira*
Está degradada, com paralelos soltos e irregulares
SUGESTÕES
a) Reparar o pavimento, sobretudo os paralelos soltos
5. *Túnel do Santos Barosa*
O pavimento está degradado e quando chove faz uma piscina
SUGESTÕES
a) Reparar o pavimento
b) Solucionar definitivamente a questão do escoamento de águas quando chove
6. *Rua João Ferreira Gândara (da Famopla)*
Esta rua está muito degradada, porque tem a passagem de muitos camiões, sobretudo os que trazem matéria-prima para o Santos Barosa.
SUGESTÕES:
a) Colocar alcatroamento de acordo com a quantidade de camiões que ali transitam.
7. *Cruzamento da Rua dos Carreirinhos com a Estrada dos Guilhermes (restaurante Nora)*
Os peões que vão nos passeios da Rua dos Carreirinhos não têm uma passadeira para atravessar a Estrada dos Guilhermes. Junto aos semáforos para passar para o lado de lá tem de ser a correr quando o semáforo fica vermelho
SUGESTÕES:
a) Colocar uma passadeira para peões no cruzamento junto aos semáforos
8. *Estrada dos Guilhermes*
Os peões que vêm da Rua dos Carreirinhos e seguem pela Estrada dos Guilhermes na direcção da Rotunda do Mc Donalds têm de andar pela estrada, dado que não existem passeios. Quem vem da rotunda, tem passeio até ao túnel. Debaixo do túnel ainda há passeio, mas depois termina na estrada
SUGESTÕES:
a) Colocação de passeios desde o túnel até ao cruzamento dos semáforos. Ou então, fazer estudo de solução alternativa segura para um percurso pedonal.
9. *Zona Industrial*
As pessoas que trabalham na zona industrial estão preocupadas por haver apenas uma entrada/saída. Mesmo morando na Comeira a poucos metros da ZI, são obrigados a andar às voltas para irem ou virem do trabalho.
Não há saídas de emergência, se houver um incêndio na Crisal ou na EIB, ninguém sai nem entra na ZI
Os camiões pernoitam e aguardam para carregamento por todos os lados, desde o interior da ZI, até às zonas envolventes da Comeira
SUGESTÕES:
a) Fazer uma rotunda em frente à actual entrada/saída da ZI
b) Fazer a saída pelo norte da ZI, por trás da Crisal
c) Elaborar o projecto e executar um Parque TIR.

10. *Por toda a cidade / Passeios*

Os passeios novos foram construídos sem condições para uma cadeira de rodas, um carrinho de bebe ou um invisual andar. Dantes os passeios eram planos, sem diferenças de níveis, sem cavidades, ressaltos ou protuberâncias e fazia-se uma rampa no passeio junto à estrada para as entradas dos carros. Agora fazem rebaixamentos do passeio, de modo a que os peões não andam mais em terreno plano. Imaginem uma cadeira de rodas, ou um invisual.

Em algumas passadeiras colocaram materiais de diferente rugosidade para os invisuais. Noutras colocaram os mesmos materiais com cores diferentes. Será para os invisuais?

SUGESTÕES:

a) Repensar a elaboração dos passeios para os peões e não para os acessos dos carros às casas

11. *Por toda a cidade / Iluminação Pública*

É usual que a iluminação pública esteja acesa com luz do dia, ou ainda de noite se apague.

SUGESTÕES:

a) Junto com a EDP, fazer o ajustamento da iluminação pública aos horários (verão/Inverno), de modo a não haver tanto desperdício, e fazer uma real poupança, cumprindo os requisitos da população."

O Sr. Vereador Carlos Logrado referiu o seguinte:

⇒ Disse ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira que não gosta que manipulem as suas palavras, e pediu-lhe que quando quiser falar dele que o faça diretamente. Não precisa de lições de cidadania, porque já o faz há muitos anos. Estas situações de diagnóstico só por si não valem nada, é preciso adotar medidas estruturantes. Era crítico da Câmara e continua a ser. A metodologia que adota é a que lhe parece adequada, e não se condiciona por quem quer que seja, venha de onde vier. Está desprendido, não é um assalariado da política, e faz aquilo que quer e de que gosta. Não disse em momento algum que a cidadania é pior que a atuação da Câmara, mas diz que não está contente com a atuação da Câmara.

Ganhe quem ganhar, podem contar sempre consigo para trabalhar, sempre com a mesma disponibilidade. Dito isto, referiu que a Câmara, no seu todo é pior que a cidadania, mas a cidadania tem muitos passos para dar. Exemplo disso são as reuniões de coletividades, que são pouco participadas. A Câmara tem muitas falhas, e humildemente deve reconhecê-las, e depois deve construir soluções para dar respostas.

O Vereador Vítor Pereira disse que está à espera de uma resposta há 15 dias, pois ele está à espera de respostas dele há 2 anos. Por exemplo: qual foi o critério, nas últimas festas da cidade, para se escolher como, *sponsor*, a SAGRES?

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** interrompeu e pediu ao Sr. Presidente para não permitir que o Sr. Vereador Carlos Logrado esteja aqui a fazer estas afirmações.

Seguiu-se uma troca de palavras entre os dois Vereadores.

O **Sr. Presidente** pôs fim a essa troca de palavras, e referiu que não considerou qualquer ofensa nas palavras de qualquer dos Vereadores, daí que não lhe tenha cortado a palavra.

De seguida informou o Sr. Vereador que pode prosseguir a sua intervenção.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** retomou a sua intervenção, referindo que o podem interromper mas não o condicionam.

Relativamente às respostas, considera, em primeiro lugar, que a Câmara é muito lenta a fazer as coisas. Depois quer fazer o ideal, quando o ótimo é inimigo do bom, e por último, quer fazer logo tudo de uma vez. Deu como exemplo a Rua do Sol, onde há correções a fazer, já identificadas pelos munícipes. São coisas pontuais, mas a Câmara responde que vai fazer toda a rua. É um grande investimento, quando o que era necessário eram intervenções pontuais. É uma rua que já tem água e não precisa de tal investimento, por isso quando aqui vier vai votar contra.

⇒ PEM – convidou todos os presentes para hoje irem à reunião dos grupos de trabalho.

Pontos fracos: o PEM tem que estar suportado com informação disponibilizada na plataforma, e o secretariado não estava suficientemente preparado para toda a informação que chegou. Todas as questões colocadas pelos Srs. Vereadores Vítor Pereira e António Santos estão respondidas na página do site. Está lá tudo desde há quatro semanas, mas ainda não está perfeito. Neste momento há cerca de 50% da informação, pelo que pediu desculpa pelo facto de só no final da próxima semana estar tudo disponível. Ainda falta o diário de bordo, que já devia estar concluído há 15 dias mas ainda não foi possível concluir. Esta é a fase 1, inserida numa plataforma caseira, feita na Câmara, que funciona desde o dia de apresentação do PEM.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira referiu o seguinte:

⇒ Sobre a questão dos livros colocada pelo Sr. Adriano Monteiro, referiu que a informação que tem dos serviços é que houve uma exposição em 2003, foi-lhe pedido que deixasse ficar o espólio, ele consentiu até há algum tempo, depois pediu-o. Nessa altura o Museu estava fechado, seguindo-se um hiato de tempo em que nem o Sr. nem a Câmara contactou. Agora o Sr. Adriano veio pedi-lo e vai levá-lo. Não lhe parece que seja uma situação que não tenha sido acompanhada.

⇒ BTL – é uma organização da CIMRL, e a ausência da CMMG prendeu-se com o facto de ser dia de reunião da Câmara e também porque depois havia uma outra reunião em que era de todo o interesse estar. O Sr. Presidente delegou a representação noutra pessoa, que por questões médicas não pode ir, mas a Câmara tem todo o interesse.

- ⇒ Referiu que no seu entendimento o voto de felicitações do Sr. Vereador Aurélio Ferreira passa a ser um voto único de todos.
- ⇒ Informou o seguinte:
- Hoje realiza-se a final do concurso de ideias da CIMRL, na Casa da Cultura.
 - Está a ser montada a tenda para iniciar a festa da primavera, que decorre de 19 a 24 de março. No dia 23 de março vão-se associar à iniciativa “Florir Portugal”, à qual a Marinha Grande também vai aderir, com a exposição de rua “Marinha em Flor”. Deixou o convite para que toda a população também se associe à iniciativa.
 - Dias 25, 26 e 27 de março: realiza-se o torneio de futebol dos Hotéis Cristal, a que a CMMG se associa.
- ⇒ Na sequência da questão colocada pelo Sr. Vereador Vítor Pereira, informou que há seguro dos bens que se encontram nas escolas. Em relação às obras falou da questão com a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia, para que seja acertado, uma vez que tem que ser a Câmara a fazê-las.

O Sr. Presidente informou o seguinte:

- ⇒ Reuniu-se em Lisboa, a seu pedido, com o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, para apresentar as suas preocupações com a falta de médicos de família no concelho e a necessidade de realização de obras de recuperação no Centro de Saúde da Marinha Grande. Foi acompanhado pela Sr.^a Vereadora Cidália Ferreira, que tem o pelouro da saúde, e pelo deputado à Assembleia da República, António Sales, que recentemente se deslocou ao Centro de Saúde da Marinha Grande para se inteirar da real situação.
- Manifestou a sua preocupação pela falta de recursos humanos, e alertou para a necessidade de requalificação do edifício do Centro de Saúde da Marinha Grande. Foi delineada uma estratégia que irá ser cumprida passa a passo.
- ⇒ Também informou que esteve no concelho o Secretário de Estado da Indústria, a quem alertou para o facto de, na regularização extraordinária das atividades económicas, haver, na sua opinião, uma interpretação abusiva de um organismo do Estado, porque a legislação criou expectativas aos industriais. Entregou um dossier sobre esta situação e deixou o alerta.
- ⇒ Estuarino – neste momento não há fundos comunitários, e a Câmara foi aconselhada pela CCDRC a contactar a APA, para ver se ela consegue fundos para acabar a obra. O concurso existente está em Tribunal.
- ⇒ PEM – ainda não teve tempo para responder ao requerimento do Sr. Vereador Vítor Pereira, mas pensa que poderá obter resposta através do site de que o Sr. Vereador Carlos Logrado falou.
- ⇒ Escola da Amieirinha – é um grande problema. A primeira solução, de proibir o estacionamento naquele espaço junto da escola, ainda vai afastar mais as pessoas do restaurante e dos cafés ali existentes.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** informou que o problema está resolvido porque a Sr.^a do restaurante arrendou um espaço para estacionamento.

- ⇒ Habitação social – está em concurso público, e agora aguarda a análise dos erros e omissões por parte dos serviços. É o concurso público n.º 3/2016, para recuperação de 20 habitações. Já articulou com a Sr.^a Vereadora para se lançar o concurso de atribuição das habitações logo que as mesmas estejam prontas.
- ⇒ Mercado – é uma das candidaturas do PEDU. Quando tiver todos os dados lançar-se-á a discussão pública.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** perguntou qual o local que foi candidatado?

O **Sr. Presidente** respondeu que foi candidatado um local nos estaleiros, na zona do estacionamento.

- ⇒ Sobre o mandato do Sr. Presidente eleito já respondeu no momento em que foi colocada a questão.
- ⇒ Afirmações do Presidente da concelhia do PSD – há escritos no Jornal da Marinha e o artigo foi público. Enviou um fax ao Presidente da concelhia do PSD, para que ele apresentasse essas provas. Ele disponibilizou-se para vir falar consigo, veio, estiveram presentes mais três pessoas, apresentou os seus argumentos, e enviou os dados para os advogados, para saber qual é a melhor solução. Teve ocasião de dizer ao Sr. Eng.º Pedro Silva que se sentiu ofendido com aquelas palavras, pois não abdica de questões de princípio, de honra e de honestidade, e as pessoas têm que ser responsabilizadas por aquilo que dizem. E agora, politicamente, não pretende acrescentar mais nada.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que a partir do momento em que há uma tomada de posição da Câmara, que não diz que seja errada, o assunto tornou-se público e o público tem que saber. Obviamente que todos os Vereadores, assim como ele próprio, também se sentiram ofendidos, tal como o Sr. Presidente referiu.

- ⇒ Sobre as questões da população da Comeira, pediu ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira que lhe envie, por e-mail, a listagem das situações, porque a Câmara vai lançar um concurso e parece-lhe que algumas delas estão aí incluídas.
- ⇒ Iluminação pública – todos os postes de iluminação têm relógios astronómicos. Quando as luzes são acesas durante o dia é porque estão em manutenção.
- ⇒ Cruzamento na Rua do Lamarão – já pediu para se fazer um levantamento do proprietário das casas velhas, para se poder avançar.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** protestou, porque isso vai demorar muito tempo, e perguntou senão há uma solução intermédia.

O **Sr. Presidente** disse que está lá um espelho.

- ⇒ Passeios rebaixados – são assim por questões de acessibilidade, porque são as entradas das passadeiras e as entradas para as garagens. Se pretender saber mais pormenores técnicos deverá consultar a Chefe da DOT, Dr.^a Inês Marrazes.
- ⇒ Rua do Sol – hoje está agendada a Rua da Vitória, e talvez fazendo a ligação com a Rua do Sol se resolvam os problemas do escoamento aí existentes.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 08

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** referiu que a ADESER tem promovido a gastronomia local, com é o caso do bolo de pinhão e do licor de leite. Dado que colaborou nessa promoção, hoje teve a amabilidade de vir aqui presentear o executivo.

A **representante da ADESER, Dr.ª Marina Domingues**, referiu que esta receita do bolo de pinhão tem mais de 80 anos e faz parte da candidatura que foi apresentada, designada “Saberes, Sabores e Costumes Marinhenses”.

De seguida distribuiu bolinhos de pinhão aos membros do executivo.

O **Sr. Presidente**, em nome de todo o executivo, agradeceu a gentileza, e pediu à comunicação social que informe que o bolo de pinhão é da Marinha Grande.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o **Sr. Presidente** deu por terminado o período de antes da ordem do dia e interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:15 horas às 11:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 7, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 3 DE MARÇO DE 2016

159 - Presente a ata n.º 7, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 3 de março de 2016, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N. 303/16, DATADO DE 02/03/2016 – PC N.º 439/15, DATADO DE 25/11/2015 – ANA LUÍSA CORREIA DE OLIVEIRA SISMEIRO

160 - Presentes requerimentos n.º 1766/15 e n.º 303/16, registados em 2015/11/25 e 2016/03/02, respetivamente, respeitantes ao processo n.º 439/15, referente a pedido de licenciamento (legalização) de obras de alterações e ampliação da moradia, de construção de anexos e de construção de muro de vedação, erigidos no prédio sito na rua 25 de Abril,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 08

n.º 50, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 3.724, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 18.825, apresentado por **ANA LUÍSA CORREIA DE OLIVEIRA SISMEIRO**, com o NIF 126446156, residente na Rua Heróis do Ultramar, Lote 14, freguesia de Marrares, em Leiria. Presente Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Construção, n.º A002127.2016.RH4, com início em 2016/02/16, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA.

Presente parecer técnico datado de 2016/03/09, que refere estar o projeto de arquitetura em condições de ser tomada decisão.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente a pedido de licenciamento (legalização) de obras de alterações e ampliação da moradia, de construção de anexos e de construção de muro de vedação, erigidos no prédio sito na Rua 25 de Abril, n.º 50, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 3724, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 18825, apresentado por Ana Luísa Correia de Oliveira Sismeiro, com o NIF 126446156, residente na rua heróis do Ultramar, Lote 14, freguesia de Marrares, em Leiria e Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Construção, n.º A002127.2016.RH4, com início em 2016/02/16, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA, bem como do parecer técnico datado de 2016/03/09, a Câmara Municipal delibera DEFERIR, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura.

Mais delibera informar o requerente que deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 234/16, DATADO DE 22/02/2016 – PC N.º 87/15, DATADO DE 26/03/2015 – ARMANDO FERREIRA MACHADO

161 - Presente requerimento n.º 243/16, datado de 2016/02/22, constante do processo camarário n.º 87/15, subscrito por **ARMANDO FERREIRA MACHADO**, com o NIF 114588686, residente na Rua 1.º de Dezembro, n.º 13, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização da alteração de moradia, anexo e muros de vedação*”, bem como da obra de “*Ampliação de*

moradia existente", localizada num prédio urbano sito na Rua 1.º de Dezembro, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.617, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 3.235, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação de câmara datada de 2015/10/15. Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/03/04, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, bem como do parecer que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da *"Legalização da alteração de moradia, anexo e muros de vedação"*, bem como da obra de *"Ampliação de moradia existente"*, localizada num prédio urbano sito na Rua 1.º de Dezembro, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.617, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o número 3.235, com o número de processo 87/15, com data de entrada em 2015/03/26, apresentado por **ARMANDO FERREIRA MACHADO**, com o NIF 114588686, residente na Rua 1.º de Dezembro, n.º 13, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 152/16, DATADO DE 02/02/2016 – PC N.º 385/14, DATADO DE 31/10/2014 – SARA LUÍSA DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA

162 - Presente requerimento n.º 152/16, datado de 2016/02/02, constante do processo camarário n.º 685/14, com data de entrada de 2014/10/31, subscrito por **SARA LUÍSA DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA**, com o NIF 233414835, residente em Rua António Batista, n.º 10, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *"Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação"*, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua D. Mariana Barosa, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande sob o n.º 13.677 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 1.983, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 2014/12/22.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/02/24, referente aos projetos de especialidades apresentados.

Após análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, ao abrigo do disposto no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua D. Mariana Barosa, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande sob o n.º 13.677 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 1.983, com o número de processo camarário 385/14, com data de entrada em 2014/10/31, apresentado por SARA LUÍSA DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA, com o NIF 233414835, residente em Rua António Batista, n.º 10, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro;
2. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a via pública, com a largura de 2,25 m, sendo o alinhamento do lancil determinado pelo alinhamento do lancil existente no prédio confinante a Norte. Os materiais a aplicar no passeio deverão ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de betão de 0,13X0,25m e pavê retangular de 0,20X0,10X0,06m, cor cinza, devendo o requerente garantir o remate entre o passeio e o pavimento existente em calçada grossa. O espelho do lancil deverá ficar a 0,12m acima do pavimento, sendo que na entrada do prédio, numa distância mínima de 3,50m, deverá colocar lancil de betão rampeado de 0,30X0,22 m. Na execução do passeio deverá considerar a colocação de película de plástico preto entre a camada base e a almofada de assentamento de modo a evitar o crescimento das ervas. O alinhamento do passeio deverá ser previamente solicitado aos respetivos serviços técnicos da Câmara.
3. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art.º 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Mais delibera informar a requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 08

**6 - REQ. N. 324/16, DATADO DE 07/03/2016 – PC N.º 252/15, DATADO DE 28/07/2015 –
TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A.**

163 - Presente pedido com o registo n.º 324/16, datado de 07/03/2016, relativo à apresentação dos projetos de especialidade para a **ampliação de uma unidade industrial**, localizada na Estrada do Guilherme, n.º 119, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.284 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.057, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 252/15, com data de entrada de 28/07/2015, apresentado por **TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A.**, com o NIPC 502 151 200, com sede na Estrada dos Guilhermes, Casal da Lebre, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 12/11/2015;

Presente informação técnica, datada de 09/03/2016, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 11/03/2016, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a ampliação de uma unidade industrial, localizada na Estrada do Guilherme, n.º 119, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.284 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.057, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 252/15, com data de entrada de 28/07/2015, apresentado por TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A., com o NIPC 502 151 200, com sede na Estrada dos Guilhermes, Casal da Lebre, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 12/11/2015.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 08

construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 74/16 DATADO DE 18/01/2016 – PC N.º 151/12, DATADO DE 30/05/2012 – EMMAD-EMBALAGENS DE MADEIRA, LDA.

164 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 74/16, datado de 18/01/2016, apresentado por **EMMAD-EMBALAGENS DE MADEIRA, LDA.**, com o NIPC 502445165, com sede em Rua da Finlândia, Lote 41, Zona Industrial de Casal da Lebre, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua da Finlândia, Lote 41, Zona Industrial de Casal da Lebre, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 151/12.

Presentes pareceres dos serviços datados de 18/02/2016 e 04/03/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e as referidas informações e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito Rua da Finlândia, Lote 41, Zona Industrial de Casal da Lebre, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de EMMAD-EMBALAGENS DE MADEIRA, LDA., com o NIPC 502445165, com sede em Rua da Finlândia, Lote 41, Zona Industrial de Casal da Lebre, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 08

correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 304/16 DATADO DE 02/03/2016 – PC N.º 68/16 , DATADO DE 02/03/2016 – ALFREDO LUÍS FERNANDES DOS SANTOS

165 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 304/16, datado de 02/03/2016, apresentado por **ALFREDO LUÍS FERNANDES DOS SANTOS**, com o NIF 130323926, com morada em Rua Bugjgassi, 2ª, Spiez, Suíça, representado por José Cipriano Figueiredo Fernandes, com o NIF 161407781, residente em Rua Manuel Francisco, 17B, Almoinhas, Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua de Óbidos, Lote 59, Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 700/87.

Presente parecer técnico datado de 08/03/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua de Óbidos, Lote 59, Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de ALFREDO LUÍS FERNANDES DOS SANTOS, com o NIF 130323926, com morada em Rua Bugjgassi, 2ª, Spiez, Suíça, representado por José Cipriano Figueiredo Fernandes, com o NIF 161407781, residente em Rua Manuel Francisco, 17B, Almoinhas, Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 08

correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 299/16 DATADO DE 01/03/2016 – PC N.º 337/13 , DATADO DE 12/09/2013 – MÁRIO SIMÃO RODRIGUES

166 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 299/16, datado de 01/03/2016, apresentado por **MÁRIO SIMÃO RODRIGUES**, com o NIF 136674763, com sede em Rua Manuel Ferreira, n.º 44, Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua do sol, n.º 87, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de legalização e ampliação licenciadas no âmbito do processo n.º 337/13.

Presente parecer técnico datado de 09/03/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua do sol, n.º 87, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **MÁRIO SIMÃO RODRIGUES**, com o NIF 136674763, com sede em Rua Manuel Ferreira, n.º 44, Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10 - REQ. N. 378/16 DATADO DE 11/03/2016 – PC N.º 85/16 , DATADO DE 11/03/2016 –
ALBANO DINIS BAROSEIRO**

167 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 378/16, datado de 11/03/2016, apresentado por **ALBANO DINIS BAROSEIRO**, com o NIF 165334843, residente em Rua do Freixoeiro, n.º 55, lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua do Freixoeiro, n.º 55, lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1951/1980, titulada pelo alvará de construção n.º 43, emitido em 16/01/1981.

Presente parecer técnico datado de 11/03/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua do Freixoeiro, n.º 55, lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de ALBANO DINIS BAROSEIRO, com o NIF 165334843, residente em Rua do Freixoeiro, n.º 55, lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**11 - E/2845/2015 – FUGA DE FUMOS DENTRO DE HABITAÇÃO – RESULTADO DA
VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E
SALUBRIDADE.**

168 - Presente requerimento em apreço, apresentado por **FRANCISCO PEREIRA VICENTE**, com o NIF 183485858, residente em Avenida Vitor Gallo, n.º 90, 3.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, pelo qual foi solicitada a realização de vistoria ao seu imóvel, face à alegada existência de fuga de fumos provenientes de uma das chaminés do prédio, que invade a sua habitação, a qual causará deterioração no imóvel.

Presente deliberação toma em reunião de Câmara de 25/06/2015, pela qual foi determinada a realização de vistoria para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e/ou salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 02/02/2016, referente à vistoria realizada em 13/01/2016, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Presente parecer jurídico datado de 09/03/2016.

Após análise do processo, do auto de vistoria elaborado pela Comissão respetiva e do parecer datado de 09/03/2016, considerando que a respetiva Comissão de Vistorias detetou anomalias que poderão ter resultado de uma combustão no interior de uma das chaminés das frações situadas abaixo do terceiro piso, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09 a Câmara delibera:

NOTIFICAR a empresa a quem incumbe a administração do condomínio, Cempormil, Lda com sede em Avenida Vítor Gallo, n.º 126, freguesia e concelho de Marinha Grande, para, no prazo de 45 dias, tomar as medidas necessárias para instar os proprietários a mandarem limpar as chaminés e, simultaneamente, contratar uma empresa que verifique se os ductos se encontram danificados e, em caso afirmativo, proceder à sua reparação; NOTIFICAR o reclamante, FRANCISCO PEREIRA VICENTE, para, no prazo de 30 dias, proceder, por razões de segurança, à remoção do troço de madeira encastrado na parede, colmatar o vazio criado na parede com material ignífugo (rebocos à base de cal) e recolocar o remate de madeira à face exterior da parede.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - E/1739/2015 – VISTORIA À HABITAÇÃO SITA NA AVENIDA VITOR GALLO, N.º 90, 6.º DIREITO – MARINHA GRANDE – NOTIFICAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

169 - Presente pedido registado sob o n.º E/1739/2015, de 25/02/2015, apresentado por **VIRGILIO ALMEIDA**, residente em Avenida Vitor Gallo, n.º 92, 6.º direito, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar uma vistoria ao seu imóvel, face à alegada existência de infiltrações provenientes da fração correspondente ao sétimo andar direito, e do respetivo terraço, de modo a que possam ser aferida as condições de higiene,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 08

segurança e salubridade da sua fração, atendendo a que a sua fração é habitada por pessoas com problemas de saúde e crianças.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 05/03/2015, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no artigo 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e posteriores alterações, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 02/04/2015, referente à vistoria realizada em 25/03/2015, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Presente Deliberação tomada na reunião de Câmara de 25/06/2015, na qual foi determinado notificar a empresa responsável pela administração do condomínio, **CEMPORMIL – SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMINIOS, LDA.**, para, no prazo de 90 (noventa dias), promover os trabalhos necessários a sanar as deficiências detetadas, e descritas no auto de vistoria mencionado, designadamente, deficiente impermeabilização dos terraços que envolvem as frações dos pisos superiores, e deficiente sistema de escoamentos de águas pluviais, quer ao nível da cobertura, quer ao nível dos referidos terraços.

Presente Auto de Vistoria datado de 03/03/2016, referente à vistoria realizada em 25/02/2016, para verificação do cumprimento da notificação promovida.

Após análise do processo e do auto de vistoria elaborado pela Comissão respetiva, e considerando que a Comissão de Vistorias verificou que as obras que haviam sido determinadas não foram executadas, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR MAIS UMA VEZ a um prazo de 30 dias empresa responsável pela administração do condomínio, CEMPORMIL – SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMINIOS, LDA., para, no prazo de 30 (trinta dias), promover os trabalhos necessários a sanar as deficiências detetadas, e descritas nos autos de vistoria de datado de 02/04/2015 e de 03/03/2016, sob pena de, em caso de incumprimento, se propor a instauração e processo de contra-ordenação ao abrigo disposto na alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

Mais delibera, dar conhecimento desta diligência ao proprietário da fração presente na vistoria, o Sr. Virgílio Alfredo da Costa Almeida, remetendo-lhe cópia do auto de vistoria datado de 03/03/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 639/15, DATADO DE 08/05/2015 – PC N.º 165/2015, DATADO DE 08/05/2015 – ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL

170 - Presente requerimento n.º 639/2015 datado de 08/05/2015, apresentado por sociedade ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL, número de identificação de pessoa coletiva 5014 103 287, com sede na Rua Actor Álvaro, n.º 9, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a realização de vistoria ao espaço exterior, de jogo e recreio, existente nas instalações do estabelecimento de apoio social denominado “Jardim dos Pequeninos”, sito na mesma morada, conforme disposto no artigo 32.º do regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 119/2009 de 19 de maio, que o republica.

Presente deliberação de câmara, de 12 de novembro de 2015, a determinar a aplicação da medida preventiva de utilização supervisionada do espaço de jogo e recreio por o mesmo, à data da realização da vistoria, oferecer alguns riscos de segurança para os seus utilizadores e definindo, de acordo com a alínea d) do n.º 2 do artigo 33.º do regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio, que o republica, a apresentação do livro de manutenção do espaço, da documentação relativa aos equipamentos instalados e superfície de impacto, no prazo de 45 dias.

Presente relatório de vistoria, de 25 de fevereiro de 2016, efetuada ao abrigo do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 207, de 17 de setembro que revogou o Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio, para verificação do cumprimento das determinações tomadas em reunião de câmara de 12 de novembro, relativas ao espaço de jogo e recreio existente nas instalações do estabelecimento de apoio social denominado “Jardim dos Pequeninos”, da responsabilidade da sociedade ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL, número de identificação de pessoa coletiva 5014 103 287, com sede na Rua Actor Álvaro, n.º 9, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, que informa que o referido espaço de jogo e recreio garante condições para que possa ser frequentado pelos utentes da valência de jardim infantil e ATL da Associação de Promoção Social, por se encontrarem sanadas as situações que constituíam risco para os utilizadores do espaço de jogo e recreio.

Após análise da pretensão apresentada pela requerente, e dos documentos apresentados a Câmara delibera:

Considerar o espaço de jogo e recreio sito nas instalações do estabelecimento “Jardim dos Pequeninos”, Rua Actor Álvaro n.º 9, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, da responsabilidade de ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL, número de identificação de pessoa coletiva 5014 103 287, com sede na mesma morada, como conforme com o Anexo ao Decreto-Lei n.º 207/2015, de 17 de setembro, que revogou o Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio, e que aprova o Regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto, conforme relatado no

relatório de vistoria datado de 10 de março de 2016, cujos fundamentos de facto e de direito se dão aqui por integralmente reproduzidos, e se anexa à presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1823/15, DATADO DE 04/12/2015 – PC N.º 1340/00, DATADO DE 12/12/2000 – NANIC – GESTÃO IMOBILIARIA, LDA.

171 - Presente requerimento n.º 1823/15, datado de 04/12/2015, apresentado por **NANIC – GESTÃO IMOBILIARIA, LDA.**, com o número de identificação de pessoa coletiva 505004038, com sede na Rua Ramiro Matos Bilhau, n.º 3, 3.º Dto, freguesia de Ajuda e concelho de Peniche, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização executadas no âmbito de uma operação urbanística de loteamento urbano, incidente sobre os prédios sitos no lugar de Predulheira, freguesia e concelho da Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os números 12.318, 12.299 e 13.451 e inscritos na matriz predial rústica sob os artigos números 1.145, 1.144 e 10.756, da referida freguesia, aprovadas no âmbito do processo de Loteamento número 1340/00, com o Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 04/2005, emitido em 24/10/2005, designadamente, rede de abastecimento de água, redes de drenagem doméstica e pluvial, rede viária e arranjos exteriores, com vista à sua receção definitiva e à libertação do montante de 39.776,84€ (trinta e nove mil setecentos e setenta e seis euros e oitenta e quatro cêntimos), correspondente à caução destinada, nos termos do artigo 54.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, a garantir a boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, prestada mediante a Garantia Bancária n.º 320 071, datada de 21 de julho de 2005, do Banco Espírito Santo, no montante inicial de 137.920.02 € (cento e trinta e sete mil novecentos e vinte euros e noventa e dois cêntimos);

Presente informação da Comissão de Vistorias, referindo que é possível proceder à receção definitiva das obras de urbanização uma vez que as mesmas se encontram em boas condições de conservação e manutenção;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria, datado de 01 de março de 2016, propondo a receção definitiva das obras de urbanização em causa;

Após análise da pretensão apresentada pela sociedade requerente, considerando o auto de receção definitiva, a Câmara delibera, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 54.º e no artigo 87.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE:

1 - DEFERIR o pedido de receção definitiva das infraestruturas executadas no âmbito de uma operação urbanística de loteamento urbano, incidente sobre os prédios sitos no lugar de Predulheira, freguesia e concelho da Marinha Grande, descritos na

Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os números 12.318, 12.299 e 13.451 e inscritos na matriz predial rústica sob os artigos números 1.145, 1.144 e 10.756, da referida freguesia, aprovadas no âmbito do processo de Loteamento número 1340/00, com o Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 04/2005, emitido em 24/10/2005, em nome de NANIC – GESTÃO IMOBILIARIA, LDA., com o número de identificação de pessoa coletiva 505004038, com sede na Rua Ramiro Matos Bilhau, n.º 3, 3.º Dto, freguesia de Ajuda e concelho de Peniche, designadamente, rede de abastecimento de água, redes de drenagem doméstica e pluvial, rede viária e arranjos exteriores, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos seus relatório e auto datado de 01 de março de 2016, uma vez que as mesmas se encontravam em bom estado de conservação e manutenção;

2 - MANDAR LIBERTAR o montante de 39.776,84€ (trinta e nove mil setecentos e setenta e seis euros e oitenta e quatro centimos), correspondente ao valor remanescente da caução destinada, nos termos do artigo 54.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, a garantir a boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, prestada mediante a Garantia Bancária n.º 320 071, datada de 21 de julho de 2005, do Banco Espírito Santo, no montante inicial de 137.920.92 € (cento e trinta e sete mil novecentos e vinte euros e noventa e dois centimos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 1055/15, DATADO DE 31/07/2015 – PC N.º 277/2015, DATADO DE 31/07/2015 – MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA

172 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1055/15, datado de 31-07-2015, apresentado por **Lúcia Maria Morouço da Silva Barbosa Oliveira**, enquanto cabeça de casal da herança aberta por óbito do seu marido **Manuel Martins de Oliveira**, com o NIF 115302956, em que é solicitado parecer, ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, favorável à constituição da compropriedade sobre o prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.689, com a área de 2 870 m2, sito no Lugar de Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, na proporção de metade a favor de Calos Wilson da Silva Batista e a outra metade a favor da herança de Manuel Martins de Oliveira.

Presentes parecer jurídico datado de 09-10-2015, parecer dos serviços de fiscalização datado de 30-10-2015 e parecer técnico datado de 23-02-2016, todos sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou o pedido com registo de entrada n.º 1055/15, datado de 31-07-2015, apresentado por **Lúcia Maria Morouço da Silva Barbosa Oliveira**, enquanto cabeça de casal da herança aberta por óbito do seu marido **Manuel Martins de Oliveira**, com o NIF 115302956, a solicitar parecer favorável à constituição da compropriedade

sobre o prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.689, com a área de 2 870 m2, sito no Lugar de Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, na proporção de metade a favor de Calos Wilson da Silva Batista e a outra metade a favor da herança de Manuel Martins de Oliveira, bem como parecer jurídico, datado de 09-10-2015 e parecer técnico de 23-02-2016, sobre o assunto e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes dos referidos pareceres, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, cujo teor passa a fazer parte integrante da presente deliberação e que se anexam, delibera, ao abrigo do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, emitir parecer favorável à constituição da compropriedade nos termos requeridos, por não se vislumbrar, na realização do referido negócio jurídico, qualquer fuga ao regime jurídico dos loteamentos urbanos, consagrado no Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro.

O presente parecer não pode ser invocado para justificar ou documentar qualquer outro negócio jurídico que não a constituição da dita compropriedade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 1737/15, DATADO DE 20/11/2015 – PC N.º 435/15, DATADO DE 20/11/2015 – TELHEIROS DO OESTE, PROPRIEDADES, PROMOÇÃO, LDA

173 - Presente pedido de autorização de utilização a que foi atribuído o número de processo 435/15, relativo à edificação existente sobre um prédio urbano sito na Rua da Embra, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.384, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 13.835, apresentado por **TELHEIROS DO OESTE, PROPRIEDADES, PROMOÇÃO, LDA.**, com o NIPC 503563501, com sede na Avenida 1.º de Maio, n.º 41, r/c, Letra A, concelho de Caldas da Rainha.

Presente processo camarário n.º 935/1989, em nome de **José Manuel Rino Pereira**, referente ao licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia”*, levada a efeito ao abrigo da Licença de Obras inicial n.º 881/89, de 04/10, com posteriores prorrogações concedidas pelas Licenças n.º 958/1990, de 19/11, n.º 1005/1991, de 18/11 e n.º 213/1993, de 29/03.

Presente parecer técnico datado de 2014/03/14, referindo que as telas finais que acompanham o pedido de Autorização de Utilização, contém um conjunto de alterações em desconformidades com o processo de licenciamento inicial, levadas a efeito sem o respetivo processo de controlo prévio.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2014/03/14, e tendo verificado a realização de uma operação urbanística ilegal, levada a efeito sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, delibera notificar a requerente, **TELHEIROS DO OESTE, PROPRIEDADES,**

PROMOÇÃO, LDA., com o NIPC 503563501, com sede na Avenida 1.ª de Maio, n.º 41, r/c, Letra A, concelho de Caldas da Rainha, para legalizar as desconformidades detetadas na edificação existente, localizada num prédio urbano sito na Rua da Embra, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.384, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 13.835, considerando as telas finais anexadas ao pedido de concessão de Autorização de Utilização, conforme prevê o art. 102.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, visto ser possível assegurar a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, fixando o prazo de 30 dias para instruir o respetivo procedimento de legalização, nos termos do art. 4.º do RJUE, contemplando designadamente a regularização das seguintes situações:

- Desconformidades nas áreas de implantação e de construção atuais, que se apresentam nas telas finais superiores às áreas de implantação/construção anteriormente licenciadas no âmbito do processo camarário n.º 935/1989, em nome de José Manuel Rino Pereira, nomeadamente em resultado da existência de corpo/volume destinado a instalação sanitária, levado a efeito junto dos alçados lateral direito e posterior.
- Alterações ao nível da configuração das fachadas, através da alteração de alguns dos seus vãos, nomeadamente o vão do portão do espaço destinado a garagem, tendo sido substituído por um vão de janela e um vão de porta, bem como como o vão da porta principal da edificação, tendo sido substituído por um vão de porta mais pequeno.
- Alteração da configuração das águas do telhado da cobertura da edificação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - PUBLICITAÇÃO DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO – REVISÃO DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS.

Sobre este assunto registaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** levantou algumas dúvidas sobre o desenrolar do processo.

Para as esclarecer, o **Sr. Presidente** pediu a presença da **Chefe da DAM, Dr.ª Lina Frazão**, que explicou esta fase do procedimento, assim como os passos seguintes, tendo ainda respondido a questões colocadas pelos Srs. Vereadores.

Da discussão havida, e por sugestão do **Sr. Vereador Vítor Pereira**, com a qual todos concordaram, o **Sr. Presidente** alterou o prazo proposto para apresentação de contributos pelos interessados, para 20 dias úteis.

Seguidamente o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

174 - O Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande foi aprovado pela Assembleia Municipal, em 30 de março de 2010. Tendo sido posteriormente alterado pela deliberação da Assembleia Municipal tomada na sessão ordinária realizada em 31 de maio de 2013, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril, que simplificou o regime de acesso a diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero».

Em 16 de janeiro de 2015 foi publicado o Decreto-Lei n.º 10/2015 que aprovou o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração.

O mencionado decreto-lei procedeu à alteração de diversos diplomas, entre os quais o citado Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, o Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, que estabelece o novo regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, e à revogação de outros diplomas, designadamente, a Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, que determina o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam.

Pelo que, mostra-se necessário alterar o Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande e conformar o mesmo com o normativo legal atualmente em vigor.

Por outro lado, a Assembleia Municipal da Marinha Grande aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, o Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização, em sessão realizada em 30 de abril de 2010, publicado em Diário da República, 2ª Série, nº 95, que contempla em anexo as taxas respeitantes a operações urbanísticas.

Em virtude das alterações legislativas a nível do licenciamento industrial, do alojamento local e ainda das decorrentes do “Licenciamento Zero”, a Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 30 de abril de 2013, sob proposta da Câmara Municipal datada de 22 de abril de 2013, aprovou a alteração ao Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Neste contexto e face às alterações legislativas e consequente introdução de novas figuras jurídicas, como é, por exemplo, o caso das legalizações, previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), por força da alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, há necessidade de criar novas taxas.

Paralelamente e com enfoque nas taxas respeitantes às operações urbanísticas, existe ainda a necessidade de rever critérios de cálculo, nomeadamente, os que estão na base do cálculo da taxa devida pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas que, na previsão em vigor, se mostram criadores de situações violadoras do princípio da proporcionalidade.

Destarte, urge adequar o Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande às alterações regulamentares em curso no Município, mas aproveitando, também, a oportunidade para introduzir alterações que se destinam a melhorar a sua eficácia, corrigir pequenas imprecisões e alguns ajustamentos, por forma a uma melhor adequação do Regulamento às vicissitudes que foram surgindo.

Assim, o procedimento de alteração ao regulamento, tem, de um modo geral, por objetivos:

1. Adequar o regulamento à legislação atualmente em vigor;
2. Rever e simplificar a forma de cálculo das taxas;
3. Clarificar os objetivos e maior equidade no aproveitamento das reduções e das isenções de taxas, consignando-se isenções que procurem incentivar a realização de determinadas operações urbanísticas, designadamente aquelas que correspondam a investimentos industriais que possibilitem o incremento da economia local, através da criação de postos de trabalho;
4. Proceder a uma revisão das taxas decorrentes da implementação da Iniciativa Licenciamento Zero;
5. Desencadear a revisão das taxas inerentes ao Regime Jurídico de Edificação e Urbanização e atividades conexas e incorporar as mesmas no Regulamento de Taxas, com vista à uniformização de regras, nomeadamente no caso de taxação dos serviços (muito concretamente no caso das certidões em que são cobrados montantes diferentes em função do serviço em que são emitidas) e nos casos de isenção ou redução de taxas (a uniformização permite que sejam, por exemplo, exigidos os mesmos documentos comprovativos da situação económica dos requerentes tanto nos processos a instruir junto da Divisão Administrativa e Modernização e Modernização, como na Divisão de Ordenamento do Território);
6. Corrigir pequenas imprecisões e introduzir alguns ajustamentos.

Importa salientar que, sistematicamente, pretende-se manter a estrutura formal desde sempre adotada pela Autarquia, ou seja: um Regulamento e respetiva Tabela de Taxas que dele faz parte integrante e o anexo relativo à Fundamentação Económico-Financeira das respetivas taxas, mas agora com a inclusão das taxas relativas a operações urbanísticas.

Assim e tendo como premissa o regime do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, onde estabelece, nos artigos 97.º a 101.º, o dever de se publicitar o início do procedimento, consagrando a obrigatoriedade da sua publicitação na Internet, no sítio institucional da entidade pública que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, o seu objeto e a forma como se pode processar a constituição como interessados, **a Câmara Municipal delibera:**

- a) **Dar início ao procedimento relativo à alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.**
- b) **Que a publicitação da iniciativa procedimental seja efetuada no sítio institucional do Município da Marinha Grande, sendo que os interessados deverão constituir-se no procedimento no prazo de vinte dias úteis, a contar da publicitação de**

edita no sítio da internet, com vista à apresentação de contributos para a elaboração do Regulamento.

- c) Que a apresentação de contributos para a elaboração do Regulamento, seja formalizada por escrito, através de requerimento disponibilizado para o efeito no mesmo sítio da internet, no Balcão de Relações Públicas da Câmara Municipal, no Gabinete de Atendimento ao Município e nos serviços administrativos da área de urbanismo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Os Srs. Vereadores Carlos Logrado e Vítor Pereira recomendaram que se analise a possibilidade de fazer o estudo económico internamente, e que se recorra a uma empresa externa, que o seu trabalho seja sempre acompanhado por um técnico da Câmara.

18 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

175 - A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande-Capela do Pilado, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da festa anual em honra de Nossa Senhora da Conceição a realizar nos dias 29 e 30 de abril de 2016 e 1 de maio de 2016;
- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;
- Licença para instalação e funcionamento de recintos improvisados;
- Parecer para o lançamento de artefactos pirotécnicos;
- Publicidade ao evento.

A Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da Via-sacra da Sexta-feira Santa a realizar no dia 25 de março de 2016;
- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização Feira de abril/2016 no período de 24 de março de 2016 a 17 de abril de 2016;

- Licença para instalação e funcionamento de recintos improvisados e itinerantes;
- Licença para ocupação de espaço público;
- Publicidade ao evento.

A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da Via-sacra da Sexta-feira Santa a realizar no dia 25 de março de 2016;
- Licença especial de ruído para realização da visita da imagem de Nossa Senhora de Fátima à Vigararia da Marinha Grande nos dias 6, 7 e 8 de maio de 2016 no âmbito das comemorações do centenário das aparições de Nossa Senhora em Fátima;
- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas para os dois eventos;
- Licença para ocupação de espaço público;

Os Vizinhos-Associação cultural, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização de Hard Session #II no dia 19 de março de 2016;

A Freguesia de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da Comemorações do 25 de abril;
- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;

Presentes informações nº 8/AF, 9/AF, 10/AF, 11/AF, 12/AF e 13/AF de 14 de março de 2016, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande-Capela do Pilado, a Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande, os Vizinhos-Associação cultural e a Freguesia de Vieira de Leiria do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 08

ruído, da autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, das Licença para instalação e funcionamento de recintos improvisados, do parecer para o lançamento de artefatos pirotécnicos, da licença para ocupação de espaço público e da licença de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 128º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS E NOS TERMOS DO PRECEITUADO NO N.º 5, DO ARTIGO 75º, DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

Na sequência da apresentação deste ponto, o **Sr. Vereador Vítor Pereira** requereu informação detalhada das publicações diversas a efetuar no Jornal de Leiria.

176 - O Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, preceitua, no seu objeto, que o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, deve obedecer ao estabelecido neste decreto-lei, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016, considerando que, por força desse artigo, mantido em vigor *ex vi* n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi determinada a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento do Estado do ano anterior, 2015, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...)”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio

favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.
- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.
- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 08

- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro, nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro e no artigo 2º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA VITÓRIA”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015

Processo retirado da ordem do dia, para serem pedidos mais dois orçamentos.

21 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES PARA REABILITAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO NERY CAPUCHO”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

Processo retirado da ordem do dia, para serem pedidos mais dois orçamentos.

22 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE “ESPETÁCULO A REALIZAR NO DIA 3 DE JUNHO NO ÂMBITO DAS FESTAS DA CIDADE”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

177 - O Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, preceitua, no seu objeto, que o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, deve obedecer ao estabelecido neste decreto-lei, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016, considerando que, por força desse artigo, mantido em vigor *ex vi* n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi determinada a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento do Estado do ano anterior, 2015, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

Atento o exposto e considerando que:

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio

favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória, prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de setembro e no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015.

A informação I/319/2016 de 07/03/2016 e requisição interna 17590/2016, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, onde se manifesta a necessidade de contratar o *"Espetáculo a realizar no dia 3 de junho no âmbito das Festas da Cidade"*, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 14/03/2016, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 08

O serviço requisitante propõe o convite à empresa PG BOOKING - AGENCIAMENTO E PRODUÇÃO DE ESPETACULOS LDA, NIPC 513 646 442 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2016 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2016 para a contratação do *"Espetáculo a realizar no dia 3 de junho no âmbito das Festas da Cidade"* na classificação orgânica/económica 06/020220, na ação do PAM 2015/A/161, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 9.500 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação do *"Espetáculo a realizar no dia 3 de junho no âmbito das Festas da Cidade"*, por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2016, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação do *"Espetáculo a realizar no dia 3 de junho no âmbito das Festas da Cidade"*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE "ESPETÁCULO A REALIZAR NO DIA 4 DE JUNHO NO ÂMBITO DAS FESTAS DA CIDADE", NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

178 - O Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, preceitua, no seu objeto, que o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, deve obedecer ao estabelecido neste decreto-lei, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016, considerando que, por força desse artigo, mantido em vigor *ex vi* n.º 2 do

artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi determinada a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento do Estado do ano anterior, 2015, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

Atento o exposto e considerando que:

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria

149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória, prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de setembro e no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015.

A informação 1/319/2016 de 07/03/2016 e requisição interna 17590/2016, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, onde se manifesta a necessidade de contratar o *"Espetáculo a realizar no dia 4 de junho no âmbito das Festas da Cidade"*, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 14/03/2016, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

O serviço requisitante propõe o convite à empresa BRIDGETOWN TALENT AGENCY LDA, NIPC 513 191 976 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2016 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2016 para a contratação do *"Espetáculo a realizar no dia 4 de junho no âmbito das Festas da Cidade"* na classificação orgânica/económica 06/020220, na ação do PAM 2015/A/161, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços de

contabilidade, atento o preço base a aplicar de 17.500 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação do *"Espetáculo a realizar no dia 4 de junho no âmbito das Festas da Cidade"*, por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2016, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação do *"Espetáculo a realizar no dia 4 de junho no âmbito das Festas da Cidade"*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE "ESPETÁCULO A REALIZAR NO DIA 5 DE JUNHO NO ÂMBITO DAS FESTAS DA CIDADE", NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

Processo retirado da ordem do dia, por falta da declaração da Segurança Social.

25 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA A "RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE" PARA O PERÍODO DE 54 MESES.

179 - Presente a informação SS.04.2016 e requisição interna n.º 14620 do serviço da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade de se proceder à contratação da prestação de serviços de *"Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande"*, para o período de 54 meses.

Presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas e Cláusulas Técnicas.

Considerando que o preço base a aplicar é de 2.050.175,13 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do objeto do contrato a celebrar, o que determina a adoção do procedimento de concurso público com publicidade internacional, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea b) e artigo 20.º, n.º 1, alínea b), para os efeitos do disposto no artigo 38.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 26/02/2016, deliberou, conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do procedimento que se pretende iniciar relativo à *“Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”*, para o período de 54 meses, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, e em cumprimento do preceituado nos n.ºs 1 e 2 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Considerando o parecer prévio favorável emitido pela Câmara Municipal, na sua reunião de 03/03/2016, relativo à contratação de serviços de *“Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”*, para o período de 54 meses, nos termos do preceituado no n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta da DISU-Divisão de Infra estruturas e Serviços Urbanos, que se dá por reproduzida e que fica anexa à presente deliberação (Anexo 1), de acordo com os artigos 16.º, n.º 1, alínea b), 20.º, n.º 1, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, com o artigo 18º, n.º 1, alínea b) e o artigo 22º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e com o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Adotar o procedimento de concurso público com publicidade internacional;
- c) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
- d) Aprovar o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas e Cláusulas Técnicas;
- e) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:

- Susana Silva, Presidente;
- Ângelo Rosário, Vogal;
- Luciana Esteves, Vogal;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 08

- Edite Moniz, Vogal Suplente;
- José Carvalho, Vogal Suplente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente, tendo em conta que o Sr. Presidente esclareceu que as dúvidas existentes no procedimento anterior sobre este mesmo assunto e que deu problemas ao ponto de terem sido excluídos todos os concorrentes, estavam eliminadas, e que a divisão jurídica da Câmara, validaram o procedimento.”

26 - TRANSMISSÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO A FAVOR DE ANABELA DAS NEVES, RESIDENTE NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 5, 2ª B, CASAL DE MALTA, POR MORTE DA PRIMITIVA ARRENDATÁRIA DA FRAÇÃO

180 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1725/2016, da filha de Palmira das Neves, a solicitar a transmissão do direito ao arrendamento;

Presente informação n.º 329 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 14 de março de 2016, referente ao pedido de transmissão do direito ao arrendamento, efetuado por Anabela das Neves, por morte da sua mãe;

Considerando que Palmira das Neves foi arrendatária do Município da Marinha Grande;

Considerando que Anabela das Neves viveu sempre em economia comum com a falecida mãe;

Considerando que Palmira das Neves faleceu no dia 12 de fevereiro de 2016, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando a alínea b) do n.º 1 do art.º 1106 do Código Civil: **“O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário quando lhe sobreviva pessoa que com ele residisse em economia comum e há mais de um ano.”**

Considerando por último, a alínea b) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, Anabela das Neves, tem direito ao arrendamento, na medida em que: **“A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para pessoa que com ele residisse em economia comum, há mais de um ano...”**

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 08

das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, concordar com a transmissão do direito ao arrendamento para o nome de Anabela das Neves – contribuinte fiscal número 189 234 202, passando os recibos de renda mensal a ser emitidos em seu nome, a partir do próximo mês de abril.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - CEDÊNCIA DA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE A 16 DE ABRIL - REALIZAÇÃO DA 2.ª GALA DOS BOMBEIROS DA MARINHA GRANDE

181 - Presente pedido da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande com o n.º de registo E/1075 de 2 de fevereiro, em que é solicitado à Câmara Municipal a cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens de 9 ou 16 de abril, para realização da II GALA DOS BOMBEIROS DA MARINHA GRANDE.

Presente igualmente a Informação Técnica com o n.º 173/2016 na qual é feito o enquadramento do pedido face à legislação aplicável e à programação prevista.

Considerando que de acordo com n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens a programação de atividades desta sala de espetáculos pode incluir eventos propostos e organizados por entidades exteriores desde que aprovados pela autarquia.

Considerando que a referida aprovação depende da verificação dos pressupostos referidos no n.º 4 do artigo 7.º ou seja “A realização dos eventos propostos por entidades exteriores está dependente das características e objetivos das ações propostas, do seu interesse cultural, cívico ou outro, da capacidade de resposta dos meios técnicos instalados e da adaptabilidade do espaço”.

No caso em apreço verifica-se o interesse cultural e cívico na medida em que através da atividade proposta, são prosseguidos fins cívicos e de cidadania: por um lado a GALA tem como objetivo reconhecer a atividade prosseguida pelos bombeiros voluntários da corporação, por outro com o valor de bilheteira visa a recolha de fundos que serão canalizados para a aquisição de monitores de parâmetros vitais a instalar nas ambulâncias da corporação dos BVMG.

Para concretizar o evento a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande pretende a cedência da sala durante o dia 16 de abril, para fazer montagem de cenários e ensaios com os artistas envolvidos, espetáculo e desmontagens.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e considerando que:

- 1) A cedência da utilização da Casa da Cultura está prevista no Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente nos artigos 5.º, 7.º, 8.º, 12.º a 14.º;
- 2) Ao abrigo do artigo 14.º n.º 3 alínea b) do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande as associações de bombeiros estão isentas do pagamento de taxas desde que o pedido de isenção seja fundamentado e acompanhado de “fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária” (situação que se verifica no caso em apreço);

Delibera ceder a utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens no dia 16 de abril à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, para realização da II GALA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE, nas seguintes condições:

- A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande fica responsável pelo eventual pagamento de direitos de autor devidos à respetiva Sociedade Portuguesa de Autores e pela licença de representação a emitir pelo IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais;
- A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande deve garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens;
- A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande fica responsável pelo pagamento dos técnicos de som e luz caso se verifique a necessidade destes serviços, e pela execução dos bilhetes.

Mais delibera isentar a referida Associação do pagamento de taxas municipais, de acordo com o artigo 14.º, n.º 3 alínea b) e n.º 6, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - ACEGE – ASSOCIAÇÃO CRISTÃ EMPRESÁRIOS E GESTORES – COMPROMISSO PAGAMENTO PONTUAL

182 – 1) A ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores apresentou à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria a proposta para que os Municípios que integram a mesma adiram ao «Compromisso Pagamento Pontual»
2) Que o referido Compromisso tem como objectivo promover junto das Entidades aderentes:

- A ter prazos efectivos de pagamento aos fornecedores, de acordo com a legislação em vigor, e a cumprir os prazos acordados;

- A ter instruções claras e os procedimentos internos necessários para que os pagamentos sejam efectuados até à data de vencimento das facturas;
 - A dar conhecimento por escrito aos colaboradores envolvidos no processo de facturação e pagamento e aos principais fornecedores da adesão a este compromisso;
 - A solicitar a suspensão ou cancelamento deste compromisso sempre que a empresa não o possa cumprir, temporária ou permanentemente.
- 3) Que este Compromisso é importante para contrariar «a cultura de permissividade e de irresponsabilidade na economia portuguesa, sendo que, e de acordo com dados recentes, 75 por cento das empresas portuguesas refere ter problemas nos atrasos de pagamento. O que significa, em termos gerais, a perda de 14 mil postos de empregos anuais e uma quebra de cerca de 600 milhões de euros na riqueza criada (0,4% do PIB)» (*in* <http://www.ver.pt/compromisso-pagamento-pontual/adesao/>)
- 4) Que diversas Empresas do Município fizeram já a sua adesão;
- 5) Que o Município da Marinha Grande, enquanto Entidade Pública, e por força da Lei, cumpre com todos estes requisitos;
- 6) Que a adesão do Município da Marinha Grande pode constituir-se como um exemplo e estímulo ao tecido empresarial local para aderir ao mesmo e assim reforçar-se os propósitos dos mesmos;

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a adesão ao "Compromisso Pagamento Pontual", promovido pela ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dezasseis de março de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades": 8.152.069,30 €** (oito milhões, cento e cinquenta e dois mil e sessenta e nove euros e trinta cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 08

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

183 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:30 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião